



## **LEI 10.639/03 E O ENSINO DE SOCIOLOGIA: REFERÊNCIAS NEGRAS NO PLANO DE AULA**

EDUARDO DE OLIVEIRA GUSMÃO<sup>1</sup>

ARIANE SILVA LOPES<sup>2</sup>

JOSÉ MIRANDA OLIVEIRA JÚNIOR<sup>3</sup>

### **A SALA DE AULA ENQUANTO ESPAÇO FORMADOR CRÍTICO**

Segundo Pimenta (2019, p. 29), o “ensino [...] é o processo de organização e viabilização da atividade de aprendizagem em contextos específicos para esse fim”. A prática do ensino de Sociologia tendo a Lei 10.639/03 em perspectiva deve se distanciar do que Paulo Freire (1987) define como uma educação bancária, mesmo que, os conteúdos abordados aparentam ser naturalmente distantes de tal mecanicismo educacional por tratar de assuntos inteiramente ligados à realidade brasileira. Entretanto, a didática se mostra essencial no sentido de fazer com que, no ensino de Sociologia, os conteúdos sejam delimitados àquilo que é particular ao campo do saber em questão e que tais conteúdos tenham um atravessamento nos estudantes evitando um depósito mecânico de conteúdos acadêmicos sem qualquer adaptação e diálogo com a vivência dos jovens.

Para além disso, a educadora, autora e ativista negra Estadunidense bell hooks ressalta a importância de uma educação democrática na sala de aula, em um dos seus livros “*Ensinando Comunidade, uma Pedagogia da Esperança*” (hooks, 2021, pg. 63-64) cita a partilha de experiências de ambos nesses espaços como um lugar de visões e debates diferentes e

<sup>1</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESB, Bolsista do PETI Ciências Sociais da UESB, 201920108@uesb.edu.br

<sup>2</sup> Graduada do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UESB, Bolsista do PIBID Sociologia da UESB, 202110643@uesb.edu.br.

<sup>3</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, professor assistente pela mesma instituição, jose.junior@uesb.edu.br

# **"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"**

**XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA**

**VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS**

**VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**

**VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.**

**VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS**

**I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO**

**CANTINHO DO GRIÔ**



enriquecedores, no qual podem debater conceitos como de gêneros, culturas, questões raciais e muito outros que dentro desses espaços educativos podem ser melhor debatidos, essa diversidade de discursos auxiliam na quebra de paradigmas, preconceitos, e estereótipos que justificam discriminações contra determinados pessoas que são excluídas no sistema vigente.

Todo esse espaço de diálogo contribui para que temas importantes possam ser discutidos em sala de aula. Segundo (hooks, 2021. Pg-47) há uma problemática de como as questões raciais são tratadas como pautas já resolvidas, ou seja, há uma negação da existência do racismo, que por sua vez é colocado como já superado, e a partir disso pensando no contexto brasileiro percebe-se que esse dilema que a autora acentua ainda se reflete no Brasil, devido a uma ideologia do mito racial no qual tem na sua justificativa a existência de uma harmonia entre as raças com o lema de uma igualdade nas oportunidades e nas leis.

No entanto, a partir dos estudos do feminismo negro no Brasil de autoras como Lélia Gonzáles e Sueli Carneiro, sabe-se que isso é apenas uma falácia, dessa forma a luta de identidades importantes dos campos da educação e ciências humanas para conseguir a promulgação de uma lei que determinava que as escolas ensinassem a importância e as contribuições da população negra deste país, sendo essa Lei a 10.639/03 que foi sancionada há 20 anos, se mostrou uma necessidade histórica para a educação cidadã brasileira.

Com a alteração da lei nº 9.394, na qual determinava as diretrizes e bases da educação nacional pela lei nº 10.639 em 9 de janeiro de 2003, no então governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe como obrigatoriedade de ensino os temas da "História e Cultura Afro-Brasileira", tendo como objetivo uma possibilidade de educação que dialogue com os estudantes em todas as áreas das disciplinas ofertadas nas escolas de ensino fundamental e médio abrangendo as instituições



particulares, oficiais e públicas.

Em suma, esses temas têm um papel especial nas áreas da educação Artística, Literatura e História Brasileira, uma vez que podem ser mais discutidas nas salas de aulas ressaltando a importância dessa parte da sociedade no qual foi hostilizado e excluída durante séculos, ademais é essencial, o conhecimento da cultura-afro brasileira além do que é contado nos livros didáticos que por sua vez ainda persiste em retratar a população negra apenas como escravizados/as, uma mercadoria no Brasil Colonial, ou seja, essa lei traz como importância a cultura afro-brasileira na formação da identidade do povo brasileiro; as suas contribuições nas artes, culinária, nas questões sociais, na política e economia entre outros pontos importantes.

Dessa maneira, ressaltando a importância da população negra no País, com a inclusão dessas temáticas na Educação julgava-se como uma forma de justiça social contra aqueles que construíram esse território, assim também como atenuaria as discriminações raciais e religiosas contra os mesmos.

Tendo em perspectiva a Lei Nº 10.639 e a produção de sentidos sobre um currículo para as relações étnico-raciais (MOREIRA, SANTOS, 2020) leva-se em conta o currículo como um espaço de disputas por sentidos que irão compor a identidade do mesmo tal como seus meios e fins. Isso nos leva a problematizar as determinações hegemônicas que, num contexto político recente, foram potencializadas ao lugar de universalidade, reforçando o atravessamento que o colonialismo sob a roupagem do neoliberalismo possui sobre a BNCC. A obrigatoriedade do ensino de sociologia é posterior à Lei nº 10.639, o que coloca a disciplina em um lugar ainda mais marginal em uma educação para as relações étnico-raciais pois os materiais didáticos ainda carecem de uma sociologia negra ou afro-brasileira e indígena especializada. Soma-se isso à carência de professores formados na área.

É necessário mencionar o ensino da cultura afro brasileira como uma quebra de currículos hegemônicos que se encontrava nos livros didáticos e nos discursos presentes nas salas de aulas, haja vista a prerrogativa de como



os currículos são essenciais para uma representação (SANTOS; CRUSOÉ; MOREIRA, 2021); e de uma unicidade que até então se fazia presente, por exemplo, antes da sanção da lei 10.639/03 pois, com a inclusão de uma história apresentada do ponto de vista daqueles que são os protagonistas se reconstrói uma outra visão que não deve se restringir a apenas uma visão colonizadora.

A experiência de regência em sala de aula do qual o presente trabalho tem como base fundamental foi iniciada no segundo semestre do ano de 2023 e se insere em um contexto de aplicação e disputas políticas que envolvem avanços e retrocessos do Novo Ensino Médio e os 20 anos de promulgação da Lei Nº 10.639 em 9 de janeiro de 2003. Tais fatores macrossociais insuflaram, enquanto regente, a formulação dos planejamentos de aula e seus consequentes procederem de forma a se buscar a melhor forma de se levar a visão sociológica especializada para os educandos daquele contexto. Entretanto, as formas de lidar e planejar esbarram-se com o aparelhamento radical do ensino médio ao Exame Nacional, fator que segundo Barbosa (2022) e Fiamengue (2022), o torna algo em separado de todo o restante do ensino Básico e consequentemente mais precarizado.

## **A PRÁXIS EM SALA DE AULA: CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DOS PLANOS DE AULA E ESCOLHA DE REFERÊNCIAS NEGRAS**

Em vista do que foi colocado acima, o presente trabalho constitui um relato de experiência de um recorte do estágio supervisionado obrigatório ocorrido no Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista - BA e uma reflexão sobre o sentido de se introduzir autores/autoras negros e negras no ensino de Sociologia. Foi acompanhada uma turma única de primeiro ano do curso de Edificações no turno vespertino. O recorte em questão trata-se do momento em que é decidido pelo estagiário e



combinado com o professor supervisor sobre a introdução de referências negras para a turma, a construção dos planos de aulas, a práxis educacional e as dificuldades enfrentadas.

O planejamento do conteúdo se voltou para a compreensão e o estudo do atravessamento das relações étnico-raciais na disciplina de Sociologia objetivou o desenvolvimento de um olhar para além do senso comum nos alunos sobre as questões raciais, trazendo referências importantes e suscitando o diálogo em sala de aula.

Para a construção dos planos de aulas foi preciso construir um conteúdo com um caráter introdutório a respeito de conceitos e questões essenciais para a compreensão dos fenômenos e relações sociais em contexto brasileiro, tendo em vista que estas relações são fortemente atravessadas pelos marcadores sociais de raça. Dessa forma, foi de suma importância a definição de pressupostos basilares tais como identidade e seu caráter social e cultural antes da definição de raça, a construção da identidade da pessoa negra e como isso afeta sua vivência cotidiana. O objetivo a ser alcançado era o de expandir o horizonte referencial dos estudantes e lhes dar o pontapé inicial para interpretar as relações sociais de um ponto de vista mais interseccional levando em consideração a raça como marcador social importante para a compreensão da própria realidade.

Levando em consideração que o exercício da prática docente deve respeitar as etapas de aprendizagem dos jovens, era preciso adaptar o conteúdo às limitações típicas de uma turma em seu primeiro ano no ensino médio e o tempo de aula curto também se mostrou uma dificuldade. Dessa forma, primeiro foi necessário definir por quais meios eram mais efetivos para a introdução de autores negros e negras para os alunos tendo em perspectiva a intenção de expandir o horizonte referencial dos mesmos de forma que não fosse demasiadamente complexa, mas didática, ao mesmo tempo em que não se perdesse a riqueza referencial e conceitual inerentes ao conteúdo abordado. Assim, ao invés de trabalhar com autores específicos, o que





demandaria um tempo ao qual não permitiria trazer ao conhecimento dos alunos outros autores importantes, foi optado por definir um eixo temático para se trabalhar nas aulas. Dessa forma, foi possível selecionar quatro autores, apresentando uma tese de cada um deles e os interligando de forma a desenvolver o eixo temático.

O eixo temático escolhido foi “Racismo no Brasil”, entretanto, o foco dos conteúdos se voltou mais para a compreensão da constituição da identidade racial, o que naturalmente levaria a compreensão do racismo não como um fenômeno isolado, mas como uma estrutura que continua a se reproduzir socialmente partindo de ideias tipicamente eurocêntricas, racistas e colonialistas. Foi definido conceitos essenciais para o eixo temático, como raça enquanto termo criado pelo europeu para se diferenciar de outros povos, uma palavra que evoca uma idealização de um outro enquanto não civilizado. Foi explicado aos alunos como que em determinado período a diferenciação racial pautou as formas de sociabilidade no mundo, mais especificamente naquilo que é denominado como colonialismo. Os autores escolhidos foram Aimé Cesárie, Frantz Fanon e Achille Mbembe para se discutir os conceitos de raça, a construção da identidade do negro e como a violência colonial contribuiu para esse empreendimento ideológico e a importância do movimento negro para o resgate de uma vivência ancestral além da reivindicação de um projeto de sociabilidade anticapitalista e antirracista. E Lélia Gonzales com a perspectiva da neurose do racismo no Brasil. Essas escolhas se justificam pela relevância desses autores frente aos debates contemporâneos sobre identidade. Gonzales em específico, acrescenta ainda uma referência mulher e brasileira para o horizonte teórico dos educandos.

Escolhida a bibliografia do plano de aula, segue a construção da *práxis*. Além das aulas expositivas, foram realizadas três produções textuais relacionadas com conceitos, temas e os autores. Esses textos foram entregues a três grupos de alunos para que fossem lidos e apresentados em sala,



constituindo uma das atividades avaliativas. Cada um dos textos era composto por trechos de obras dos autores que compõem o eixo temático e complementações de autoria própria do estagiário com o objetivo de tornar a produção mais didática para compreensão dos estudantes.

Como avaliação final, foi solicitado dos alunos uma produção textual cujo tema fosse de livre escolha, desde que o mesmo estivesse atravessado pela discussão acerca do racismo em contexto brasileiro e que pelo menos um dos conceitos ou autores trabalhados nas aulas fossem utilizados. A proposta da produção textual muito pouco foi realizada com a intenção de avaliar estrutura textual de forma rigorosa. Não foi definido um formato ou gênero textual obrigatório, pois o interesse maior estava em avaliar o conteúdo e como ele foi articulado. E para além do quanto os educandos foram afetados pelo conteúdo, observar o desenvolvimento de competências tais como o raciocínio crítico, a escrita, a formulação e organização das ideias e como eles iriam costurar o conteúdo em sua produção textual e ao assunto escolhido por eles. Tal atividade foi proposta para que fosse feita fora de sala de aula, com acesso a consultas, desenvolvendo dessa forma o eixo da pesquisa.

## **RESULTADOS**

Com a introdução do novo conteúdo, foi possível perceber um grande interesse por parte dos alunos. Entretanto, o planejamento não procedeu de forma ideal, o que já era esperado, por conta de paralisações que ocorreram na rede Estadual de ensino e trocas de horários, obrigando assim a realização de mudanças no andamento das atividades. Os resultados mais proeminentes estão nas produções textuais dos alunos que conseguiram aproveitar a bibliografia das aulas que foi disponibilizada para eles. Foi possível, nestas produções, perceber uma frequência de referências à Lélia Gonzáles, o que demonstra um interesse maior dos alunos nesta autora. Foi interessante



perceber que, em algumas produções, os alunos conseguiram relacionar o eixo temático com autores que não trabalham o tema diretamente, mas que os estudantes trabalharam antes, como em específico um texto relacionando Karl Marx e os debates sobre racismo. Em outras produções, os educandos relacionaram o conteúdo com vivências familiares e situações cotidianas.

Foi notável também o envolvimento dos educandos com a pesquisa sobre o tema, de forma a contextualizar suas produções e relacionar o que viram em sala de aula com acontecimentos que foram noticiados. Tendo referências a casos de racismo no Brasil e no mundo e a visão de cada um sobre os ocorridos, com proposições de ações e políticas públicas para a resolução do problema.

Entretanto dificuldades ainda foram identificadas, grande parte delas relacionadas a apropriação do conteúdo pelos alunos. Muitas das produções textuais ainda possuíam um caráter de senso comum, o que em certa medida era esperado na realidade da turma, levando em consideração o curto tempo das aulas e da unidade. Dessa forma, se mostra ainda mais necessária a continuidade das temáticas que podem ser dialogadas com outros conteúdos de forma interdisciplinar e sem perder de vista o lugar do olhar sociológico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante salientar que a formação para as relações étnico raciais e a introdução de referências negras no ensino de sociologia deve ser um trabalho continuado e comprometido para uma formação cidadã e antirracista. A escolha temática apresentada na presente experiência foi um pontapé para que os educandos comecem a problematizar a questão do racismo, entretanto, deve-se ter em mente que as questões raciais não se resumem à violência racial ou ao passado colonial. Em vista disso, é preciso também demonstrar aos educandos a existência de uma ancestralidade e





condições humanas anteriores à chegada dos europeus em África. Nesse sentido, os autores da negritude possuem uma rica contribuição educacional para um ensino de sociologia decolonial e condizente com as demandas sociais brasileiras da contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

PIMENTA, S. G. **As ondas críticas da Didática em movimento:** resistência ao tecnicismo/neotecnicismo neoliberal. In: CLÁUDIO, M. S.; NASCIMENTO, O. C.; ZEN, G. C. (org.). *Didática: abordagens teóricas contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 19-64.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**; 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; p.6 - 129

SANTOS, Fábio Viana; CRUSOÉ, N. M. Castro; MOREIRA, Núbia Regina (org.). **Políticas, Práticas Curriculares e Educativas em Contextos Escolares e Não Escolares**. -1 ed. – Jundáí (SP); Paco, 2020, p. 185-200.

BELL, Hooks. **Conversa sobre raça e racismo. Ensinando comunidade: pedagogia da esperança**. Trad. Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7623716/mod\\_resource/content/1/bell\\_hooks\\_-\\_Ensinando\\_comunidade-Editora\\_Elefante\\_%282022%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7623716/mod_resource/content/1/bell_hooks_-_Ensinando_comunidade-Editora_Elefante_%282022%29.pdf)